



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639917 - CE (2021/0011900-9)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : ANDERSON SPANHOL E OUTRO  
**ADVOGADOS** : LUIZ HENRIQUE BALDISSERA - PR055717  
ANDERSON SPANHOL - PR096871  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : ANTONIO JUSSIVAN ALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO JUSSIVAN ALVES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0624117-66.2020.8.06.0000).

O paciente foi transferido para presídio federal de segurança máxima pelo período de 360 dias, prorrogada sua permanência por três vezes.

Os impetrantes sustentam que, interposto o agravo em execução perante o Juízo da 1ª Vara de Execuções Penais de Fortaleza/CE, houve a indevida declaração de incompetência e remessa dos autos ao Juízo Federal.

Inconformados, impetraram o HC n. 0624117-66.2020.8.06.0000 no TJCE, o qual não foi conhecido.

Alegam que *"o Writ não se apresenta como segunda via à impetração do pleito veiculado em recurso próprio, uma vez que o recurso que seria o próprio, foi encaminhado equivocadamente pelo Juízo da 1ª Vara de Execuções Penais de Fortaleza/CE para o Juízo Federal"* (e-STJ fl. 5).

Quanto ao suposto cometimento de falta grave, defendem que *"em face da ausência de inquérito policial sobre os motivos que geraram a falta grave aplicada ao paciente, requer a desconstituição da penalidade aplicada"* (e-STJ fl. 14).

Requerem, liminarmente, que a falta grave seja desconstituída. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.*

*GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.*

*INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.*

[...]

*3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida*

*inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência